



# Receita Federal

Coordenação-Geral de Tributação

Cosit

Fls. 1

---

## Solução de Consulta nº 155 - Cosit

**Data** 21 de dezembro de 2020

**Processo**

**Interessado**

**CNPJ/CPF**

### **ASSUNTO: SIMPLES NACIONAL**

#### **SERVIÇOS DE ENGENHARIA. ENQUADRAMENTO.**

Até 31/12/2017, a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) prestadora de serviços de engenharia e optante pelo Simples Nacional foi tributada na forma do Anexo VI da LC nº 123, de 2006.

A partir de 01/01/2018, a ME ou EPP prestadora de serviços de engenharia e optante pelo Simples Nacional passou a ser tributada na forma do Anexo V da LC nº 123, de 2006, desde que a razão entre sua folha de salários e sua receita bruta seja menor que 28%.

A partir de 01/01/2018, a ME ou EPP prestadora de serviços de engenharia e optante pelo Simples Nacional, cuja razão entre sua folha de salários e sua receita bruta seja igual ou superior a 28%, passou a ser tributada na forma do Anexo III da LC nº 123, de 2006.

#### **SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 331, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018**

**Dispositivos Legais:** Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-I, VI, § 5º-J e § 5º - K; Lei Complementar nº 155, de 2016, art. 1º e art. 11, III.

### **ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS**

#### **RETENÇÃO. CONTRATADA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL. SERVIÇOS DE ENGENHARIA. CESSÃO DE MÃO DE OBRA.**

Não se sujeitam à retenção de que trata o caput do art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991, as receitas de prestação de serviços de engenharia auferidas por empresa optante pelo Simples Nacional, caso as referidas receitas não estejam enquadradas entre aquelas submetidas ao Anexo IV da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**Dispositivos Legais:** IN RFB nº 971, de 2009, art. 191.

### **ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**PROCESSO DE CONSULTA. INEFICÁCIA PARCIAL.**

Não produz efeitos a consulta formulada cujo fato estiver disciplinado em ato normativo publicado na Imprensa Oficial antes de sua apresentação.

**Dispositivos Legais:** Decreto nº 70.235, de 1972, art. 52, V; Decreto nº 7.574, de 2011, art. 94, V; IN RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, VII.

**Relatório**

O Interessado acima qualificado, formula consulta sobre o Simples Nacional, resumida a seguir.

2. O Consulente informa que tem como atividade principal comércio varejista de materiais elétricos, eletrônicos e afins, prestação de serviços de instalação e manutenção e reparos em aquecedores, para-raios e equipamentos elétricos em geral. No seu CNPJ constam as atividades de Serviços de Engenharia (CNAE nº 7112-0/00), Instalação e Manutenção Elétrica (CNAE 4321-5/00) e Comércio Varejista de Material Elétrico (CNAE nº 47.42-3/00).
3. Reporta que presta serviços por sua conta e ordem, com seus empregados e sob seu comando à outra empresa mediante contrato de serviços. Por esse motivo inexistiria, no seu entendimento, a caracterização da “cessão de mão de obra” por não preencher os requisitos legais atinentes.
4. Registra que os serviços realizados são os de **manutenção e reparo** em redes **elétricas, serviços de engenharia** em alguns casos, assim como estudos de viabilidade.
5. Acrescenta que emite notas fiscais que contemplam os itens 7.01, 7.02 e 7.03 da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003. Observa que, embora os itens citados da Lei Complementar nº 116, de 2003 abranjam diversos serviços, o questionamento principal acerca da Legislação Tributária Federal são os previstos no inciso IX, parágrafo 5º-B, do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
6. Afirma que os serviços de manutenção e reparo de redes elétricas seriam tributados pelo Anexo III e os serviços de engenharia seriam pelo Anexo V da mencionada Lei Complementar nº 123, de 2006.
7. Assevera que os referidos serviços não são construções de imóveis, tampouco obras de engenharia em geral. São determinados contratualmente e nada tem a ver com tais.
8. Ressalta que somente os prestadores de serviços descritos no Anexo IV da Lei Complementar nº 123, de 2006 é que poderão sofrer a retenção de 11% a título de INSS. Desta forma, seria indevida a retenção de 11% relativa ao INSS por parte do tomador dos serviços do consulente.

9. Por fim, o Consulente indaga se os serviços realizados nos moldes explicitados estão sujeitos à retenção do INSS a alíquota de 11%.

## Fundamentos

### Exame das condições de admissibilidade da consulta

10. Dispõe o inciso V do art. 52 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, que possui força de lei em função do art. 2º do Decreto-Lei nº 822, de 5 de setembro de 1969:

Art. 52. Não produzirá efeito a consulta formulada: (Vide Lei nº 9.430, de 1996)

[...]

V - quando o fato estiver disciplinado em ato normativo, publicado antes de sua apresentação;

[...]

11. No CNPJ do Consulente constam as atividades de Serviços de Engenharia (CNAE nº 7112-0/00), Instalação e Manutenção Elétrica (CNAE nº 4321-5/00). Dispondo sobre essa última atividade, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU), de 2 de janeiro de 2014, o Ato Declaratório Interpretativo (ADI) RFB nº 8, de 30 de dezembro de 2013, abaixo transcrito:

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere os incisos III do art. 280 e inciso I do art. 281 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 17, XI, XII, § 1º, art. 18, §5º-B, IX, §5º-C, §5º-F, §5º-H, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, declara:

Art. 1º Os serviços de pintura predial, instalação, manutenção e reparação hidráulica, elétrica, sanitária, de gás, de sistemas contra incêndio, de elevadores, de escadas e esteiras rolantes exercidos por microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, são tributados pelo Anexo III da Lei Complementar nº 123, de 2006, e não estão sujeitos à retenção da contribuição previdenciária prevista no art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991.

Parágrafo único. Caso a ME ou EPP seja contratada para construir imóvel ou executar obra de engenharia em que os serviços de pintura predial e instalação hidráulica, elétrica, sanitária, de gás, de sistemas contra incêndio, de elevadores, de escadas e esteiras rolantes façam parte do respectivo contrato, sua tributação ocorrerá juntamente com a obra, na forma do Anexo IV da Lei Complementar nº 123, de 2006.

LUIZ FERNANDO TEIXEIRA NUNES

12. A Consulta ora apreciada foi protocolizada depois da publicação do aludido ADI no DOU. Assim, a parte de questionamento do Consulente referente à instalação e manutenção elétrica (CNAE nº 4321-5/00) é ineficaz nos termos do citado inciso V do art. 52 do Decreto nº 70.235, de 1972. Cabe acrescentar que essa norma foi regulamentada em nível infralegal pelo inciso V do art. 94 do Decreto nº 7.574, de 29 de setembro de 2011 e pelo inciso VII do art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013.

13. No que tange à parte do questionamento relativa a serviços de engenharia (CNAE nº 7112-0/00), a consulta é eficaz e deve ser respondida.

14. Sobre a forma de tributação de serviços de engenharia pelo Simples Nacional a Cosit já se manifestou por meio da Solução de Consulta (SC) nº 331, de 27 de dezembro de 2018, cuja ementa foi publicada no DOU de 2 de janeiro de 2019, estando o inteiro teor dessa SC disponível no seguinte endereço da internet:

<http://sijut2consulta.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta-interno/anexoOutros.action?idArquivoBinario=50923>

15. O art. 22 da IN RFB nº 1.396, de 2013, estabelece que:

Art. 22. Existindo Solução de Consulta Cosit ou Solução de Divergência, as consultas com mesmo objeto serão solucionadas por meio de Solução de Consulta Vinculada.

Parágrafo único. A Solução de Consulta Vinculada, assim entendida como a que reproduz o entendimento constante de Solução de Consulta Cosit ou de Solução de Divergência, será proferida pelas Disit ou pelas Coordenações de área da Cosit.

16. Assim, conforme o mencionado art. 22, a presente SC está **parcialmente** vinculada à SC Cosit nº 331, de 2018, cujos fundamentos estão reproduzidos a seguir:

6. A Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) é um instrumento de classificação e padronização nacional das atividades econômicas nacionais, gerido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e utilizado, dentre outros, pela Receita Federal do Brasil como informação presente no cadastro CNPJ e também nas listas relativas às atividades impeditivas ou ambíguas quanto à opção pelo Simples Nacional e na lista das atividades permitidas ao Microempreendedor Individual (MEI).

7. Em consulta ao sítio relativo à pesquisa CNAE<sup>1</sup>, percebe-se que os serviços informados pela consulente como prestados por ela encontram-se no código 7112-0/00 – **serviços de engenharia-**

<sup>1</sup> <http://www.cnae.ibge.gov.br/>

constando, a seguir, as notas explicativas vinculadas ao citado código CNAE:

**Esta subclasse compreende:**

- os serviços técnicos de engenharia, como a **elaboração e gestão de projetos** e os **serviços de inspeção técnica** nas seguintes áreas:
- engenharia civil, hidráulica e de tráfego
- engenharia elétrica, eletrônica, de minas, química, mecânica, industrial, de sistemas e de segurança, agrária, etc.
- engenharia ambiental, engenharia acústica, etc.
- a **supervisão de obras**, controle de materiais e serviços similares
- a **supervisão de contratos de execução de obras**
- a **supervisão e gerenciamento de projetos**
- a **vistoria, perícia técnica, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico de engenharia**
- a concepção de maquinaria, processo e instalações industriais

8. Verifica-se que o referido código não contempla a execução de obras de construção, nem a administração de obras exercida no local da construção, conforme as notas explicativas a seguir:

**Esta subclasse não compreende:**

- os serviços de arquitetura (7111-1/00)
- os serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia (7119-7/03)
- os serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho (7119-7/04)
- a realização de testes físicos, químicos e outros testes analíticos de todos os tipos de materiais e de produtos (7120-1/00)

- as atividades de pesquisa e desenvolvimento experimental relacionadas à engenharia (7210-0/00)
- a execução de obras de construção (seção F)
- a administração de obras exercida no local da construção (seção F)

9. Quanto à classificação dos serviços de engenharia nos Anexos relativos à tributação pelo Simples Nacional, identifica-se que a Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) se pronunciou acerca de tema semelhante, por intermédio da Solução de Consulta Cosit nº 351, de 17 de dezembro de 2014<sup>2</sup>, cujos Fundamentos e Conclusão estão parcialmente reproduzidos a seguir, a qual deve ser observada pela RFB em decorrência de seu efeito vinculante, conforme art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013:

#### **“Fundamentos**

13.6 Resta claro que a consultante foi contratada pelo INCA para desempenhar serviços de fiscalização de obras (CNAE 7112-0), que está englobado na classe serviços de engenharia.

(...)

16. Com a publicação da Lei Complementar nº 147, de 2014, houve grande reformulação do rol de atividades que poderão ser incluídas no regime a partir de 1º de janeiro de 2015, como se vê a seguir:

Art. 1º A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

[...]

Art. 17. [...]

[...]

**XI - (Revogado);**

[...]

**XIII - (Revogado);**

[...]

<sup>2</sup> <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=61204>

Art. 18. O valor devido mensalmente pela microempresa ou empresa de pequeno porte, optante pelo Simples Nacional, será determinado mediante aplicação das alíquotas constantes das tabelas dos Anexos I a VI desta Lei Complementar sobre a base de cálculo de que trata o § 3º deste artigo, observado o disposto no § 15 do art. 3º.

[...]

§ 5º-I. Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as seguintes atividades de prestação de serviços serão tributadas na forma do Anexo VI desta Lei Complementar:

[...]

VI - arquitetura, **engenharia**, medição, cartografia, topografia, geologia, geodésia, testes, suporte e análises técnicas e tecnológicas, pesquisa, design, desenho e agronomia;

[...]

IX - auditoria, economia, **consultoria**, gestão, organização, controle e administração;

[...]

XII - outras atividades do setor de serviços que tenham por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não, desde que não sujeitas à tributação na forma dos Anexos III, IV ou V desta Lei Complementar.

[...]

Art. 15. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, exceto no que se refere:

I - ao § 14 do art. 3º, ao inciso VI do art. 17, ao caput e aos §§ 2º, 5º-D, 5º-F, 5º-I, 7º, 13, 14, 16, 17, **18**, 18-A e 24 do art. 18, ao inciso I do § 4º do art. 18-A, ao caput do art. 19, ao § 3º do art. 20, aos incisos I, II e V do § 4º do art. 21 e ao Anexo VI, todos da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, na redação dada pelo art. 1º e Anexo Único desta Lei Complementar, ao art. 3º e aos incisos III a V do art.

16 desta Lei Complementar, que **produzirão efeitos a partir de 1º de janeiro do primeiro ano subsequente ao da publicação** desta Lei Complementar;

[...]

17. **Dessa forma, a partir de 1º de janeiro de 2015, fica previsto que a ME ou EPP que exerça as atividades de engenharia e consultoria poderá optar pelo Simples Nacional e será tributada na forma do novo Anexo VI da Lei Complementar nº 123, de 2006, com alterações, que prevê alíquotas entre 16,93% e 22,45%.**

(...)

19. Por fim, é imperioso ressaltar que a prestação de serviços mediante cessão de mão de obra continua impedindo a opção ou permanência no Simples Nacional, mesmo a partir de 1º de janeiro de 2015.

### **Conclusão**

20. Não pode optar pelo Simples Nacional ou nele permanecer a microempresa ou empresa de pequeno porte que preste serviços, por meio de cessão ou locação de mão de obra, cabendo à pessoa jurídica, diante do caso concreto, verificar se a prestação desses serviços está se dando ou não mediante cessão de mão de obra.

(...)

22. A partir de 1º de janeiro de 2015, a ME ou EPP que exerça as atividades de engenharia e consultoria poderá optar pelo Simples Nacional, desde que não incorra em nenhuma outra vedação constante da legislação de regência do regime.

(...)"

10. Ou seja, a prestação de serviços de engenharia não se confunde com a construção de imóveis ou com a execução de obras de engenharia. Dessa forma, a partir de 1º de janeiro de 2015, a microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora de serviços de engenharia pôde optar pelo Simples Nacional, sendo tributada na forma do Anexo VI da LC nº 123, de 2006.

11. No entanto, deve-se pontuar algumas alterações na legislação que influenciam na solução da presente consulta, as quais



entraram em vigor em **1º de janeiro de 2018**. A partir da referida data, as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) optantes pelo Simples Nacional que prestem serviços de engenharia **passaram a ser tributadas na forma do Anexo V**, nos termos do art. 18, § 5º-I, VI, da LC nº 123, de 2006, alterada pela LC nº 155, de 27 de outubro de 2016. Além disso, **ocorre a tributação com base no Anexo III da referida LC**, a partir de 01/01/2018, caso a razão entre a folha de salários e a receita bruta das ME ou EPP citadas no § 5º-I do art. 18 da LC nº 123, de 2006, dentre as quais as prestadoras de serviços de engenharia, seja maior ou igual a 28%.

Art. 18. O valor devido mensalmente pela microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional será determinado mediante aplicação das alíquotas efetivas, calculadas a partir das alíquotas nominais constantes das tabelas dos Anexos I a V desta Lei Complementar, sobre a base de cálculo de que trata o § 3º deste artigo, observado o disposto no § 15 do art. 3º. (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito

(...)

§ 5º-I. Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as seguintes atividades de prestação de serviços serão tributadas na forma do Anexo V desta Lei Complementar: (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito

(...)

VI - engenharia, medição, cartografia, topografia, geologia, geodésia, testes, suporte e análises técnicas e tecnológicas, pesquisa, design, desenho e agronomia; (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito

(...)

§ 5º-J. As atividades de prestação de serviços a que se refere o § 5º-I serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar caso a razão entre a folha de salários e a receita bruta da pessoa jurídica seja igual ou superior a 28% (vinte e oito por cento). (Incluído pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito

§ 5º-K. Para o cálculo da razão a que se referem os §§ 5º-J e 5º-M, serão considerados, respectivamente, os montantes pagos e auferidos nos doze meses anteriores ao

período de apuração para fins de enquadramento no regime tributário do Simples Nacional. (Incluído pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito

(...)”

12. Importa esclarecer para a consultante que, caso a pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional prestadora de serviços de engenharia seja contratada para construir imóvel ou executar obra de engenharia em que os serviços de engenharia façam parte do respectivo contrato, a tributação desses serviços ocorre juntamente com a obra, na forma do Anexo IV da LC nº 123, de 2006.

13. Por fim, cumpre ressaltar que o processo de consulta tem como objetivo a interpretação da legislação tributária, não se prestando a confirmar ou infirmar determinada situação jurídico-tributária da consultante, ficando sob sua inteira responsabilidade a verificação do fato concreto e a correta aplicação do entendimento proferido na solução da consulta. ”

17. Em síntese, consoante a citada Solução de Consulta Cosit nº 331, de 2018, a tributação da ME ou EPP, optante pelo Simples Nacional, **prestadora de serviços de engenharia**, é a seguinte:

a) A partir de 1º de janeiro de 2015, empresa que preste tais serviços **pôde** optar pelo Simples Nacional, sendo tributada na forma do Anexo VI da Lei Complementar nº 123, de 2006;

b) A partir de 1º de janeiro de 2018, a receita auferida pela prestação desses serviços passou a ser tributada na forma do Anexo III, caso a razão entre a folha de salários e a receita bruta da prestadora, seja maior ou igual a 28%;

c) Também a partir de 1º de janeiro de 2018, a receita auferida pela prestação desses serviços passou a ser tributada na forma do Anexo V, caso a razão entre a folha de salários e a receita bruta da prestadora, seja menor que 28%;

d) A receita auferida pela prestação desses serviços é tributada na forma do Anexo IV, no caso da optante pelo Simples Nacional contratada para construir imóvel ou executar obra de engenharia, nos quais os serviços de engenharia sejam parte do respectivo contrato.

18. Definido o anexo em que podem ser enquadradas as receitas das atividades da consultante, resta examinar a questão da retenção da contribuição previdenciária. Essa retenção está disciplinada na IN RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, cujo art. 191 assim dispõe:

Art. 191. As ME e EPP optantes pelo Simples Nacional que prestarem serviços mediante cessão de mão-de-obra ou empreitada **não estão**

**sujeitas à retenção** referida no art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991, sobre o valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços emitidos, **excetuada**:

I - a ME ou a EPP tributada na forma dos Anexos IV e V da Lei Complementar nº 123, de 2006, para os fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2008; e

II - a ME ou a EPP **tributada na forma do Anexo IV** da Lei Complementar nº 123, de 2006, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2009.

§ 1º A aplicação dos incisos I e II do caput se restringe às atividades elencadas nos §§ 2º e 3º do art. 219 do RPS, e, no que couberem, às disposições do Capítulo VIII do Título II desta Instrução Normativa.

§ 2º A ME ou a EPP que exerça atividades tributadas na forma do Anexo III, até 31 de dezembro de 2008, **e tributadas na forma dos Anexos III e V, a partir de 1º de janeiro de 2009**, todos da Lei Complementar nº 123, de 2006, estará sujeita à exclusão do Simples Nacional na hipótese de prestação de serviços mediante cessão ou locação de mão-de-obra, em face do disposto no inciso XII do art. 17 e no § 5º-H do art. 18 da referida Lei Complementar.

(Sem destaques no original)

19. De acordo com os dispositivos acima, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2009, **somente** as optantes pelo Simples Nacional, **tributadas na forma do Anexo IV** da Lei Complementar nº 123, de 2006, que prestarem serviços mediante cessão de mão-de-obra ou empreitada **estão sujeitas à retenção** da contribuição previdenciária em discussão.

20. Desse modo, no presente caso, se a prestação de serviços de engenharia não for parte de contrato de construção de imóvel nem parte de execução de obra de engenharia, então as referidas receitas pela prestação de serviços de engenharia não estão sujeitas à retenção da contribuição previdenciária em exame.

## Conclusão

21. Diante dos fundamentos expostos, soluciono a consulta, respondendo ao Consultante que:

a) De 1º janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017, a microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora de serviços de engenharia e optante pelo Simples Nacional foi tributada na forma do Anexo VI da LC nº 123, de 2006;

- b) A partir de 1º de janeiro de 2018, a microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora de serviços de engenharia e optante pelo Simples Nacional passou a ser tributada na forma do Anexo V da LC nº 123, de 2006, desde que a razão entre sua folha de salários e sua receita bruta seja menor que 28%;
- c) A partir de 1º de janeiro de 2018, a microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora de serviços de engenharia e optante pelo Simples Nacional, cuja razão entre sua folha de salários e sua receita bruta seja igual ou superior a 28%, passou a ser tributada na forma do Anexo III da LC nº 123, de 2006.
- d) Não se sujeitam à retenção de que trata o caput do art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991, as receitas de prestação de serviços de engenharia auferidas por empresa optante pelo Simples Nacional, caso as referidas receitas não estejam enquadradas entre aquelas submetidas ao Anexo IV da Lei Complementar nº 123, de 2006.

À consideração do Coordenador-Substituto da Cotir.

*Assinado digitalmente*  
TIMOTHEU GARCIA PESSOA  
Auditor-Fiscal da RFB

De acordo. Ao Coordenador-Geral da COSIT para aprovação.

*Assinado digitalmente*  
GUSTAVO SALTON ROTUNNO ABREU LIMA DA ROSA  
Auditor-Fiscal da RFB – Coordenador-Substituto da Cotir

## **Ordem de Intimação**

Aprovo a Solução de Consulta. Publique-se e divulgue-se nos termos do art. 27 da IN RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013. Dê-se ciência à interessada.

(assinado digitalmente)  
FERNANDO MOMBELLI  
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil  
Coordenador-Geral da Cosit